

PEA-BC

2011-2012

Relatório do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos

VERSÃO RESUMIDA







APRESENTAÇÃO

Este relatório conta, de forma simples e resumida, a história do Diagnóstico Participativo para o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos – PEA-BC.

O Diagnóstico Participativo é uma pesquisa feita em diálogos e reuniões com grupos sociais dos 14 municípios da região costeira da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Ele é uma exigência do Ibama para servir de guia na formulação de projetos de educação ambiental coerentes com a realidade local e com as demandas dos diferentes grupos sociais afetados pelas atividades que a indústria do petróleo realiza em alto-mar.

Queremos agradecer a participação de cada pessoa que dedicou seu tempo precioso para trazer a realidade de sua comunidade ao diagnóstico. Agradecemos também a todos os participantes dos projetos Pólen e NEA-BC, que apoiaram as atividades; aos agentes locais, que foram nossos braços nos municípios; ao poder público municipal, que nos autorizou e apoiou a realização deste trabalho; à equipe técnica do Ibama, que, além de dar as diretrizes, acompanhou e fiscalizou sua construção; à equipe da Petrobras, que não poupou esforços para realizá-lo; e à equipe da Soma Consultoria em Meio Ambiente, que criou, planejou e levou até o fim este trabalho.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Aldo de Brito Magalhães

Gerente Setorial de Meio Ambiente

Petrobras – Unidade de Operações da Bacia de Campos

SUMÁRIO

O Território: Bacia de Campos.....	8
Macroimpactos Orientadores.....	10
Ocupação do Espaço Marinho Dinâmica Demográfica Ocupação e Uso do Solo	
Pressão sobre a Infraestrutura Urbana, Social e de Serviços <i>Royalties</i>	
Vulnerabilidade.....	12
Resultados e sua Organização.....	12
Enunciados e Conceitos Teóricos da Educação Ambiental no Processo de Gestão.....	13
Enunciados e Conceitos Empregados nas Tabelas de Resultados.....	14
Breve Histórico Regional	
Maricá.....15 Saquarema.....16 Araruama.....17 Cabo Frio.....17 Arraial do Cabo.....18	
Armação dos Búzios.....19 Casimiro de Abreu.....20 Rio das Ostras.....20 Macaé.....21 Carapebus.....22	
Quissamã.....22 Campos dos Goytacazes.....23 São João da Barra.....24 São Francisco de Itabapoana.....24	
Área de Influência das Atividades Marítimas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural da Petrobras.....	25
Dos Resultados Regionais.....	26
Critérios para o agrupamento dos problemas comuns e a formação da Agenda Regional, assim como para a	
junção dos grupos de discussão regional.....	26
A lógica diagramada.....	27
Agrupamento de problemas pelo critério de frequência.....	28
Grupo dos Quilombolas, Moradores Rurais e Assentados Frequência dos problemas comuns e resultados da Regional.....	28
Tabela: Localidades do grupo de Moradores Rurais, Assentados e Quilombolas.....	29
Tabela: Frequência dos problemas comuns para o grupo de Quilombolas.....	29
Tabela: Frequência dos problemas comuns para o grupo de Moradores Rurais.....	30
Grupo dos Pescadores	
Frequência dos problemas comuns e resultados da Regional.....	31
Tabela.....	32
Grupo de Moradores Urbanos – frequência dos problemas comuns e resultados da Regional.....	33
Tabela: Frequência dos problemas comuns para o grupo de Moradores Urbanos.....	34
<i>Royalties</i> em Discussão.....	35
Dos <i>Royalties</i> no Encontro Regional.....	35
Síntese dos resultados regionais sobre o tema <i>Royalties</i> Grupos de Discussão:	
Grupo 1.....36 Grupo 2.....37 Grupo 3.....37 Grupo 4.....38	
Informações Úteis.....	39

O TERRITÓRIO: BACIA DE CAMPOS

Diagnóstico Participativo do PEA-BC foi um processo que envolveu pessoas, grupos e instituições para levantar informações sobre os impactos das atividades de petróleo e gás e suas consequências, conflitos e desafios causados pela disputa no uso dos recursos naturais (o mar, o solo, os rios, etc.) na região da Bacia de Campos¹, em 14 municípios². As informações técnicas, as análises científicas e os resultados do diagnóstico participativo darão as bases para que projetos de educação ambiental sejam planejados de forma articulada na Bacia de Campos.

A ideia é simples. Depois de estudar e entender melhor um assunto, quem está envolvido e quais são as principais questões, os sujeitos responsáveis pelos programas ambientais terão adquirido conhecimentos para gerar os encaminhamentos apropriados à solução dos problemas e/ou conflitos sociais da região.

Cabe ressaltar que esse processo foi implementado pela Petrobras como uma de suas condicionantes de licença de operação, e é uma exigência do Ibama, que acompanha, media e valida, segundo orientação da Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama 01/10, todos os resultados atingidos ao longo do procedimento.

Segundo a nota técnica, o diagnóstico participativo é o conjunto de procedimentos metodológicos capazes de coletar e analisar dados primários obtidos de grupos sociais localizados na área de influência de determinado empreendimento em licenciamento. Os principais objetivos do diagnóstico participativo são: (i) identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que estejam direta ou indiretamente relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural; (ii) identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que não estejam rela-



¹ A Bacia de Campos é uma bacia sedimentar, uma formação natural com formato de bacia. Nela, há milhões de anos, foram se juntando rochas, substâncias químicas e restos de animais e vegetais. À medida que esses elementos se acumulavam, com o passar de outras centenas de anos, foram gerados minerais como petróleo e gases naturais; hoje, a região é responsável por mais de 80% da produção nacional de petróleo e gás.

² Municípios contemplados: Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Carapebus, Macaé, Campos dos Goytacazes, Quissamã, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

cionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural; (iii) identificar e caracterizar potencialidades socioambientais encontradas nas localidades abrangidas pelo diagnóstico; e (iv) identificar e caracterizar os sujeitos prioritários da ação educativa. O diagnóstico participativo deverá apresentar propostas que subsidiem a elaboração de um programa ou projeto de educação ambiental ou projeto de compensação, com base na análise dos dados coletados em campo, complementados por dados secundários.³

A proposta de retomada do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) foi estruturada em cinco etapas (Figura abaixo), seguindo uma lógica processual baseada em proposições de abordagens e instrumentos metodológicos e pedagógicos, os quais buscaram dialogar com as premissas da Educação Ambiental preconizada pelo Ibama.⁴ Essas cinco etapas tiveram como finalidade coletar informações e dados, de forma participativa, para sua posterior validação em oficinas devolutivas municipais e no momento de integração regional.

³ Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama 01/10 p. 3/37.

⁴ Conforme consta nos documentos: (i) Orientações Pedagógicas do Ibama para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural; (ii) Bases para a Formulação de um Programa de Educação Ambiental para a Bacia de Campos.

Etapa 1

Análise dos Grupos Sociais à luz dos Impactos da Indústria de Petróleo e Gás

Objetivo: aliada à sistematização de dados secundários, buscou-se gerar alguns subsídios para retomar o contato com os grupos sociais envolvidos e, potencialmente, a serem incluídos, restabelecendo o diálogo, com base em pontos centrais da mediação de conflitos e da educação no processo de licenciamento ambiental.

Etapa 2

Oficinas Municipais

Objetivos do evento: (i) nivelar informações sobre o Diagnóstico do PEA-BC no âmbito da Educação Ambiental para Gestão; (ii) fomentar o diálogo e a troca de saberes e conhecimentos sobre os dados secundários levantados da dinâmica social nos municípios da Bacia de Campos; (iii) pactuar o interesse em colaborar com a realização do Diagnóstico; e (iv) encaminhar a definição dos grupos e localidades a serem trabalhados na Etapa 3, assim como a seleção do agente local e o Plano de Ação.

Ilustração das etapas realizadas pelo Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) com os respectivos cronogramas estimados



Ainda como objetivo, enfatiza-se que foi nesse momento que houve estabelecimento de uma mediação em torno da diretriz central da CGPEG/Ibama. Tal diretriz foi norteadora pelo entendimento da vulnerabilidade aos impactos da indústria de petróleo e gás de forma a estabelecer algum nível de compreensão coletiva, gestão das expectativas, seleção dos agentes locais e consolidação de locais e grupos a serem trabalhados na etapa seguinte.

Etapa 3

Levantamento de Campo para o Diagnóstico

Objetivos: coletar dados e informações com os grupos sociais; e fomentar o diálogo sobre o processo de licenciamento ambiental e objetivo do Diagnóstico do PEA-BC.

Etapa 4

Deolutivas Municipais

Objetivo: validar os resultados gerados, ampliando o processo mobilizatório e analisando coletivamente tais resultados de forma a delinear as agendas municipais de Educação Ambiental.

Etapa 5

Encontro Regional

Objetivo: avaliar os resultados em uma escala regional, promovendo intercâmbio, fortalecendo a ação mobilizadora do projeto e delineando a agenda regional para o PEA-BC.



Dos Macroimpactos Orientadores

Para facilitar e orientar a organização e a captação dos dados a serem discutidos coletivamente ao longo do diagnóstico, foram desenvolvidos os critérios conceituais da discussão. Entre eles, surgem com maior ênfase os cinco macroimpactos da indústria de petróleo e gás na região: Ocupação do Espaço Marinho; Dinâmica Demográfica; Ocupação e Uso do Solo; Pressão sobre a Infraestrutura Urbana, Social e de Serviços; e *Royalties*. Seguem suas definições pactuadas ao longo do processo, para maior esclarecimento:

Ocupação do Espaço Marinho



Impacto que advém das ações realizadas em mar (*offshore*) na Bacia de Campos (BC), tendendo a gerar conflitos por uso e acesso aos espaços marinhos, especialmente com o segmento da pesca. Assim, plataformas, petroleiros, rebocadores, embarcações de apoio (LSV, DSV), navios sísmicos e estruturas que são disponibilizadas para pesquisar e, principalmente, produzir e escoar petróleo e gás representam impactos efetivos pela criação de áreas de exclusão, pelo aumento no trânsito de embarcações, pelas eventuais perdas ou danos causados por abalroamento ou acidentes com petrechos de pesca, além de potenciais impactos para a produção pesqueira e reprodução social da pesca artesanal.

Dinâmica Demográfica



Para o Diagnóstico Participativo do PEA-BC, centraram-se as leituras em alguns conceitos demográficos que orientassem uma compreensão sobre a migração e o crescimento populacional motivados por oportunidades de trabalho e estudo proporcionadas pela indústria de petróleo e gás, principalmente nos municípios onde estão as bases operacionais da Petrobras.

Ocupação e Uso do Solo



Este impacto apresenta duas abordagens. A primeira vinculada aos processos demográficos, na qual o crescimento populacional gerado pela indústria de petróleo representa um aumento da pressão sobre áreas habitacionais. A segunda se refere ao espaço ocupado por infraestrutura da indústria, a saber: galpões, terminais, linhas de oleoduto e gasoduto.

Pressão sobre a Infraestrutura Urbana, Social e de Serviços



A pressão de infraestrutura de saúde, educação, segurança pública, saneamento, luz, água, transporte e estradas apresenta relação com os processos migratórios e com a maior ocupação de áreas habitacionais induzidos pelas oportunidades na indústria de petróleo e gás e pela expectativa gerada por tais oportunidades. A pressão da infraestrutura nas cidades, aliada à falta de planejamento adequado, acaba gerando exclusão, o que impede uma organização urbana que garanta o acesso da população a serviços básicos e à proteção de áreas de preservação.

Royalties



Os *royalties* são uma compensação financeira, prevista em lei, que as empresas licenciadas para explorar e produzir minérios pagam ao Estado brasileiro, sendo repassados até as prefeituras. São, portanto, tidos como um impacto positivo, por dotar os orçamentos públicos com recursos passíveis de serem destinados a um conjunto de ações voltadas ao enfrentamento de problemas gerados pela indústria e ao desenvolvimento do Estado e dos Municípios. Entretanto, geram um impacto negativo às comunidades quando sua destinação é feita de forma incorreta.



Vulnerabilidade

Vulnerabilidade social: implica um conjunto de fenômenos que, por um lado, revela a exposição de pessoas, grupos ou comunidades a riscos que podem comprometer sua qualidade de vida e seu bem-estar. Por outro lado, implica a baixa capacidade de esses atores sociais aproveitarem ativos e recursos disponíveis, ou adquirirem novos ativos e recursos, para lidar com as situações de risco e de perigo de maneira a minimizá-los ou superá-los.

Ativos: é um termo empregado para expressar o conjunto de bens, valores, créditos e direitos que formam o patrimônio de uma pessoa, singular ou coletiva, num determinado momento. No caso do diagnóstico, consideraram-se como ativos: recursos naturais, infraestrutura para o trabalho, conhecimento/valores culturais, recurso financeiro, entre outros.⁵

Vulnerabilidade aos impactos e riscos ambientais relativos às atividades de exploração de petróleo e gás natural: baseando-se na estrutura conceitual e metodológica da vulnerabilidade dos Meios de Vida Sustentáveis (MVS), utilizou-se este conceito para investigar a incidência de fontes de ameaças (representadas pelos macroimpactos) sobre a realidade dos grupos sociais.

Grupo social: um grupo é um sistema de relações sociais, de interações recorrentes entre pessoas. Também pode ser definido como uma coleção de várias pessoas que compartilhem certas características, interajam umas com as outras, aceitem direitos e obrigações como sócios do grupo e compartilhem uma identidade comum. Para haver um grupo social, é preciso que os indivíduos se percebam de alguma forma afiliados ao grupo.⁶

⁵ FULGENCIO, Paulo Cesar. *Glossário Vade Mecum: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente*. Ed. Mauad. 2007

⁶ GALLIANO, A.G. *Introdução à Sociologia*. Ed: Harbra. 1981

Organização social: são as relações e papéis estabelecidos entre as pessoas em seus locais de moradia, trabalho e em espaços políticos.

Dos Resultados e sua Organização

Os resultados do Diagnóstico Participativo do PEA-BC trazem informações sobre os grupos sociais identificados em cada um dos 14 municípios dessa região fluminense da Bacia de Campos, que possuem maior vulnerabilidade aos impactos da indústria de petróleo e gás.

Essas informações estão focadas no que os grupos percebem de positivo em sua realidade, nas questões relativas à organização social e nos problemas e conflitos cotidianos, direta ou indiretamente relacionados à indústria de petróleo e gás.

Vale lembrar que o foco central do diálogo com os grupos sociais foi uma primeira identificação de quais problemas e conflitos levantados têm causa direta com as atividades da indústria de petróleo e gás, os que apresentam várias causas e os que não indicam ser causados pelos impactos advindos da atividade de petróleo.

Com esse primeiro exercício, buscou-se ter mais clareza sobre os níveis de vulnerabilidade de municípios e grupos sociais em relação aos macroimpactos gerados pela indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos.



Enunciados e Conceitos Teóricos da Educação Ambiental no Processo de Gestão

Para que possamos compreender e acessar os resultados completos deste processo, ainda é necessário apropriar-se de conceitos inerentes à educação para a gestão em processos ambientais e que permeiam todo o processo discursivo do diagnóstico do PEA-BC.

Potencialidades: capacidades e/ou atributos naturais, econômicos e socioculturais identificados no contexto local de meios e modos de vida de grupos sociais. As potencialidades são consideradas eixos promotores de desenvolvimento local, com base na possibilidade de potencializar a resolução de problemas e de realçar características positivas.

Problemas: são entendidos como “aquelas situações onde haja risco e/ou dano social/ambiental e não haja nenhum tipo de reação por parte dos atingidos ou de outros atores da sociedade civil face ao problema”⁷.

⁷ QUINTAS, J.S. *Introdução à Gestão Ambiental Pública*. Brasília: Ibama, 2006.

É fundamental perceber que em muitos casos, apesar de não haver uma tomada de posição rumo a uma possível solução da problemática, o problema teve sua lógica entendida pelas pessoas que o vivenciam.

Problemas de relação direta com a cadeia produtiva de exploração e produção de petróleo e gás natural: problemas que têm como origem principal a indústria petrolífera, conferindo condição de risco, ou interferindo e modificando modos e meios de vida dos grupos sociais, tornando-os vulneráveis ou contribuindo para aumentar seu estado de vulnerabilidade. Esses problemas têm correspondência com os cinco macroimpactos que pautaram o diálogo com os grupos sociais.

Problemas de relação indireta com a cadeia produtiva de exploração e produção de petróleo e gás natural: problemas que têm como origem um conjunto difuso de ações e impactos, de natureza da gestão pública e/ou privada. Assim, identifica-se que a indústria de petróleo e gás seja um agente causal de problemas identificados de forma combinada ou sinérgica com outros agentes e fontes geradoras.



Problemas que não são causados pelas atividades e operações da indústria marítima de óleo e gás, mas que foram considerados pelo Diagnóstico Participativo: problemas que não apresentam relações causais com as atividades e operações da indústria de petróleo e gás. São, portanto, advindos de conjunturas no campo das políticas públicas, iniciativas privadas de natureza diversa e da organização social e política das comunidades.

Conflitos: O conflito ocorre porque atores sociais reagem em defesa dos seus interesses, pela utilização e/ou gestão dos recursos ambientais⁸. Assim, evidencia-se que todos os conflitos envolvem um problema. No entanto, nem todos os problemas envolvem um conflito, já que o conflito pressupõe uma reação frente a um cenário de disputa⁹.

⁸ *Idem, ibidem.*

⁹ *Idem, ibidem.*

Enunciados e Conceitos Empregados nas Tabelas de Resultados

As tabelas foram empregadas como forma de organizar as informações; entretanto, não basta orientar o acesso às páginas do relatório final, é preciso apresentar os conceitos empregados para a sua organização.

Temas: com o objetivo de correlacionar diferentes informações trazidas do Diagnóstico, agregam blocos de assuntos, a fim de permitir convergência de significados semelhantes, facilitando a visualização de semelhanças e diferenças entre as tabelas dos municípios.

Atores envolvidos: diz respeito às entidades e grupos envolvidos em torno de um problema e/ou conflito que fora identificado, com base na percepção dos grupos sociais. Em situações em que os conflitos não foram identificados, os atores envolvidos dizem respeito àqueles vinculados com a problemática levantada em campo com os grupos sociais.

Enfrentamento: é a tomada de posição para superar, coletivamente, uma situação em que há interesses divergentes. Os caminhos para o enfrentamento podem ser legais e institucionais ou paralelos, em busca de rupturas mais revolucionárias¹⁰. Assim, no caso de não haver um conflito identificado, não há ações ou estratégias de enfrentamento identificadas no campo da coletividade. Para os conflitos que foram identificados, o enfrentamento passa a ser categorizado da seguinte forma:

(i) no campo simbólico e das representações sociais, quando os sujeitos têm consciência do problema, reconhecendo, em sua maioria, a responsabilidade dos atores envolvidos. No entanto, não há reação propositiva que se efetive em mudanças. Um enfrentamento no campo simbólico e das representações pode acontecer quando:

- há desabafo sobre um problema, em espaços formais ou informais de participação/discussão. O problema está sendo discutido, mesmo que de maneira não propositiva.

- lideranças discutem o problema com a base, mas não há ação de encaminhamento para soluções.

(ii) institucionalizado: quando a comunidade se mobiliza para a resolução de um determinado problema e institui espaços de negociação com os sujeitos/instituições responsáveis pela ocorrência do problema ou responsáveis por sua resolução.

¹⁰ LOUREIRO, C.F.B. *Cidadania e Meio Ambiente. Construindo os recursos do amanhã: volume 1*. Editado por CRA. Salvador. 2003.

Espaços de participação: todas aquelas possibilidades institucionalizadas que os grupos sociais poderiam buscar para desenvolver uma tomada de posição rumo ao problema e/ou conflito. Nesse sentido, foram listados:

(i) coletivos consultivos, nos quais não é possível deliberar proposições, espaços de consulta e escuta da sociedade (como Audiências Públicas);

(ii) espaços cuja participação da sociedade é garantida por lei (Conselhos Gestores do Município);

(iii) coletivos de bairros e outros grupos, que têm função de mobilizar, sensibilizar e articular atores sociais; e

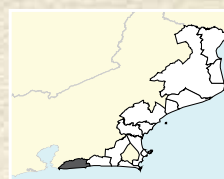
(iv) outras formas de associação, como iniciativas privadas e públicas.



Breve Histórico Regional

Cada município tem sua história em relação à indústria de petróleo e gás. Essa relação determina a maior ou menor incidência dos impactos em seu território geopolítico-econômico. Aqui, este histórico tem a finalidade de aproximar o leitor da realidade específica de cada município frente à sua relação com a indústria de exploração e produção (E&P).

Maricá



População (2010) - 127.461
Área territorial - 362.571 km²

Maricá (juntamente com Saquarema, Araruama, Araraial do Cabo e São Francisco de Itabapoana) apresenta baixa arrecadação oriunda dos *royalties*¹¹ (4,7%), menor índice de desenvolvimento e situação orçamentária mais frágil entre os 14 municípios investigados no Diagnóstico. Esse cenário contribui para que haja, hoje em dia, uma menor percepção dos impactos das atividades realizadas em mar (*offshore*) pela indústria de petróleo e gás na região, explicada também pela distância à presença física dessas atividades.

No entanto, é preciso esclarecer que essa realidade não é, provavelmente, a tendência no curto e médio prazos. Em primeiro lugar, há a instalação do Comperj, em Itaboraí, que vem se relacionando com esse município com base em impactos e avaliações tratados no âmbito do licenciamento estadual. Em segundo, há o Terminal de Ponta Negra em Jaconé¹², que está previsto para ficar pronto em 2015¹³ e tem o objetivo de oferecer manutenção para embarcações e instalações de tancagem, em uma área situada principalmente na Praia de Jaconé.

Desse total, 40% serão para tancagem, e há possibilidade de uso pela Petrobras. A vantagem do Terminal seria não haver necessidade de construções realizadas em mar (*offshore*) para receber as embarcações, devido à profundidade do mar próximo à costa. O Terminal é visto como o "terminal do pré-sal", já que o objetivo é atender a essa demanda, além de estar numa área muito próxima ao gasoduto que ligará dois blocos exploratórios da Bacia de Santos ao Comperj¹⁴.

¹¹ Todos os dados relacionados à quantidade de *royalties* recebidos e sua dependência orçamentária foram extraídos do site Inforoyalties.

¹² Mais conhecido como "Porto de Jaconé".

¹³ www.maricainfo.com

¹⁴ www.petronecias.com.br

Vale reforçar que a própria Prefeitura Municipal de Maricá vem dando alguns depoimentos¹⁵ sobre o potencial de desenvolvimento da cidade para atrair grandes investimentos, e, devido ao “Porto de Jaconé” e aos reflexos da instalação do Comperj, deve atrair, também, investimentos e projetos na área de habitação.

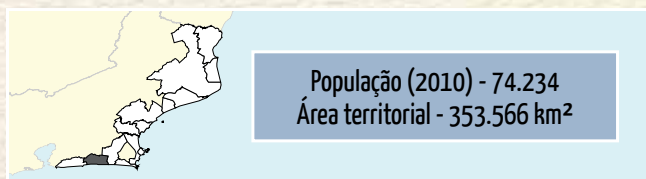
O potencial turístico, tido como vocação histórica da região, não é mais visto de maneira isolada, pelo poder público, como o principal sustentáculo da economia local. O Terminal, por poder oferecer uma base industrial à cidade, geração de empregos e de recursos, é visto como fonte de investimento para o próprio turismo.

É preciso dizer que, durante o desenvolvimento deste relatório, a pesquisa de dados secundários investigou a realização de algumas apresentações da Transpetro sobre capacitação profissional, além do firmamento de algumas parcerias com o Senai e Instituto Federal Fluminense (IFF) em Maricá, o que já reforça uma tendência próxima de maior relação com a indústria de petróleo e gás.

Finalmente, vale destacar que o Terminal de Ponta Negra é um empreendimento de relação direta com pescadores marítimos e de águas interiores de Maricá. A região na qual ele será instalado é um pesqueiro bastante importante para esse grupo, que vem, cada vez mais, se extinguindo de acordo com reconhecimento e sentimentos próprios de identidade dos pescadores artesanais. Contudo, as causas da dificuldade de manutenção da pesca como profissão são de naturezas diversas, não sendo relacionadas, pelos próprios pescadores ouvidos, à indústria de petróleo.

¹⁵ www.odia.ig.com.br

Squarema



Squarema apresenta baixa arrecadação oriunda dos *royalties* (6,4%), baixo índice de desenvolvimento

e situação orçamentária frágil.

Esse cenário resulta numa tendência de menor relação com os impactos da indústria do petróleo, sendo que a própria dinâmica econômica de Squarema reforça essa informação, pois é caracterizada majoritariamente, segundo dados do IBGE 2010, pelo setor de serviços (89,54%), seguido pela indústria (8,8%) e pela agropecuária (0,91%).

Fica claro que esses dados refletem a não presença física da indústria do petróleo no município. E, de fato, a indústria de petróleo e gás não foi tema relevante ilustrado pelos pescadores marítimos e de águas interiores ouvidos no Diagnóstico e nas Oficinas. A única menção foi em relação aos *royalties*, no que tange à desinformação sobre o montante recebido pelo município e ao desejo de que essas receitas originárias fossem investidas na melhora de serviços públicos básicos.

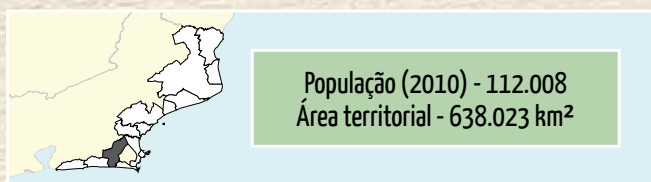
Um ponto diferenciador apresentado pelo grupo de Squarema¹⁶ foi a aspiração de que a fiscalização dos *royalties* fosse feita pela própria empresa Petrobras, já que a Prefeitura não possuía credibilidade, segundo avaliação dos pescadores.

Assim, Squarema deve ser entendida e analisada por sua vocação para o turismo, o que, tradicionalmente, é reforçado pela denominação “capital do surfe”, por exemplo. Diversas são as belezas naturais de Squarema, que contribuem para esse potencial: Lagoa de Squarema, Restinga e Área de Proteção Ambiental de Massambaba, Serra do Tingui, Serra do Matogrosso e muitas praias oceânicas.

Squarema é considerada município da área de influência expandida do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) em fase de instalação no Município de Itaboraí (65 km de distância). Esse empreendimento tende a impulsionar, em alguma medida, iniciativas como a do Polo Industrial de Squarema, que congrega cerca de 25 empresas de médio e grande porte, buscando tecer parcerias com empresas de energia. E, finalmente, há um marco relevante à indústria de petróleo: em 2009, houve a montagem, pela Petrobras, do Centro de Qualificação Profissional (Escola Técnica Barreira) voltado especificamente para a qualificação de mão de obra para a área de petróleo e gás.

¹⁶ www.globo.com

Araruama



Araruama também se enquadra no grupo dos municípios que possuem baixa relação com os impactos da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás, evidenciado também pelo percentual de *royalties* em relação à arrecadação municipal: apenas 6%. Ressalta-se que não é só o reflexo dos *royalties*, mas o fato de estarem fora das ZPP e ZPS¹⁷.

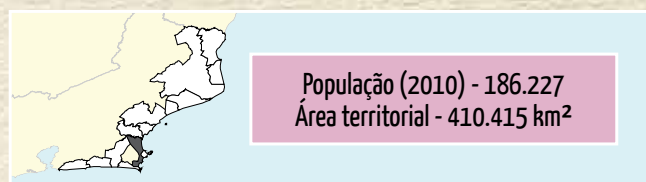
Diferente de outros municípios que têm na indústria de petróleo e gás uma alavanca para o crescimento populacional, Araruama expandiu-se, a partir das décadas de 1960 e 1970, pela liberação de loteamentos e condomínios de segunda residência (potencial turístico) em regiões anteriormente ligadas à exploração do sal – principal economia da região até meados do século XX.

Durante a Etapa 3 (DRP¹⁸) e a Etapa 4 (Oficinas Devolutivas), a menção mais próxima ao campo das atividades de petróleo e gás foi relacionada ao Projeto Mosaico, da empresa Petrobras, avaliado positivamente pelo desenvolvimento de cursos para a comunidade pesqueira e pelo relacionamento próximo à Colônia de Pescadores Z-28 de Araruama.

É preciso notar que os pescadores marítimos e de águas interiores têm, portanto, seus problemas voltados a um conjunto de questões socioambientais que vêm se agravando há algumas décadas, não sendo estes relacionados, diretamente, à indústria petrolífera.

Apesar da recente criação de uma Colônia de Pescadores em Araruama, que tem feito um relevante trabalho em fomentar o fortalecimento da classe, há um gradual processo de descontinuidade da atividade da pesca como profissão e consequente enfraquecimento da identidade pesqueira.

Cabo Frio



O histórico de Cabo Frio está intimamente ligado à indústria do sal e ao turismo, que tem suas raízes no aumento considerável da população a partir da Ponte Rio-Niterói, em 1974, e à construção da barragem de Juturnaíba, projetada em 1972 para o abastecimento da Região dos Lagos.

Assim, a facilidade de acesso e a disponibilidade de terras, associadas às especificidades de Cabo Frio para o veraneio, moldaram um cenário bastante atrativo para as atividades imobiliárias do município. Na esteira desse movimento, deu-se o desenvolvimento econômico em algumas áreas correspondentes, como a construção civil e o mercado de roupas de praia, que atualmente movimenta cerca de 5.500 empregos¹⁹.

A relação com a indústria petrolífera começou em 1997, com a Lei 9.487, do mesmo ano, a Lei do Petróleo, inserindo Cabo Frio na relação de municípios que passavam, portanto, a receber *royalties*. Desde 2000, o município é recebedor, e, atualmente, 37,9% de sua receita provém dessa compensação financeira, o que lhe institui um nível de dependência orçamentária considerável.

A privatização do aeroporto de Cabo Frio em 2001 concentrou as operações relacionadas à indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos. Nesse sentido, vêm sendo registrados aumentos expressivos nas movimentações de cargas e de arrecadação tributária. Sobre os grupos sociais de Cabo Frio²⁰, devem ser consideradas diferentes relações com a indústria de petróleo e gás, cujo melhor entendimento foi possível pela realização das Etapas 3 e 4.

Para os moradores urbanos, o ponto central são os *royalties*, principalmente em relação a Tamoios, no segundo distrito de Cabo Frio.

¹⁷ ZPP: Zona de Produção Principal.

ZPS: Zona de Produção Secundária.

¹⁸ DRP: Diagnóstico Rápido Participativo.

¹⁹ VOIVODIC, R.A. *Gestão ambiental e Gerenciamento Costeiro Integrado no Brasil*.

²⁰ Pescadores marítimos, de águas interiores, maricultores, moradores de periferia urbana, quilombolas e assentados.

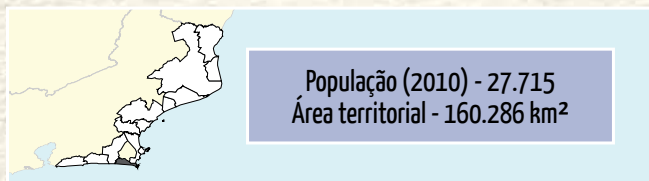
A localização geográfica, distante da sede municipal, e o fato de que a orla de Tamoios justifica a arrecadação de algo em torno de 70% do total de *royalties* destinados ao município, oferecem elementos adicionais que nutrem um sentimento maior de injustiça.

Nesse sentido, a clareza e a intencionalidade do movimento para emancipação desse distrito configuram-se como um caso particular presenciado durante o Diagnóstico. Ainda em Tamoios, existe um ponto a ser mais bem compreendido e avaliado quanto ao fato de estar geograficamente inserido em um processo de conurbação que se origina em Macaé/Rio das Ostras até Barra de São João.

Para os quilombolas, a relação com a indústria de petróleo também ocorre vinculada aos *royalties*, no sentido de que, como impacto positivo, essas receitas poderiam minimizar a difícil realidade que esse grupo vivencia em suas localidades.

O grupo social que tem relação mais próxima com os impactos da indústria de petróleo é o dos pescadores marítimos e de águas interiores, especialmente pelas atividades de sismica. No entanto, ressalta-se a necessidade de mais aprofundamento sobre essa temática para que se possa chegar a um cenário mais elucidativo sobre os reais impactos dessa atividade na pesca artesanal.

Arraial do Cabo



Assim como na maioria dos municípios do Norte Fluminense e da Região dos Lagos, a construção da Ponte Rio-Niterói também foi um marco para Arraial do Cabo, sobretudo em relação à atração pela atividade turística. Além do turismo, a extração do sal foi predominante no município até os anos 1990, atraindo número expressivo de mão de obra. Atualmente, pode-se comparar a motivação por empregos que havia com a indústria salineira com as atividades do Porto do

Forno. Esse grande empreendimento está localizado ao norte da Praia dos Anjos, região tradicional de pescadores, e foi muito citado ao longo do DRP como fator de atração laboral, o que está aliado a uma perspectiva de estabilidade – o que não ocorre no mundo da pesca.

O Porto do Forno possui uma estrutura bastante expressiva, com área, píer, galpão, balança, auditório, sendo responsável pela movimentação e armazenagem de cargas diversas. Sua relação com a indústria de petróleo e gás é forte, pois serve de base para navios que exploram petróleo nas Bacias de Campos e Santos – sua localização é, portanto, estratégica, pois Arraial do Cabo é o limite das duas bacias.

Atualmente, a relação é ainda maior, pois abriga empresas que têm construído estruturas de concreto para o Porto do Açu²¹.

Dessa maneira, é simples compreender que a ocupação do espaço físico pela indústria petrolífera é o principal tema que interfere na realidade dos pescadores ouvidos em Arraial do Cabo. No caso do grupo de pescadores marítimos, a interferência é, logicamente, maior do que para o grupo que pesca em águas interiores. No caso deste último, o principal problema que o permeia não são questões estritamente ligadas à indústria petrolífera, mas sim questões de ordenamento pesqueiro e fiscalização de pesca industrial na Lagoa de Araruama, principal pesqueiro do grupo ouvido.

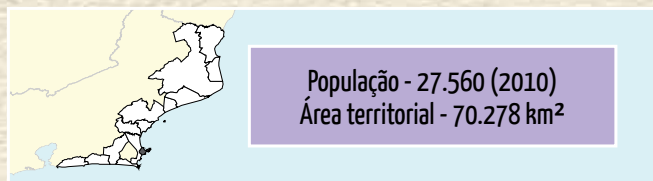
O ano de 2011 foi um marco para Arraial do Cabo, pois a região foi incluída na zona de produção principal de petróleo do Estado do Rio de Janeiro, passando a receber R\$ 3,5 milhões provenientes dos *royalties*, quando até então recebia cerca de R\$ 400 mil²².

Outro marco para Arraial do Cabo, mas que não tem relação com a indústria petrolífera, foi a criação da Resex Marinha de Arraial do Cabo, em 1997, com o objetivo de preservar a identidade cultural da pesca, assim como garantir o uso racional e sustentável dos recursos pesqueiros da região. Como se verá, a Resex é cenário de inúmeros conflitos decorrentes dos vários usos de seu espaço – os principais conflitos concentram-se entre o segmento turístico e o pesqueiro.

²¹ www.portodo forno.com.br

²² g1.globo.com

Armação dos Búzios



Búzios, emancipado de Cabo Frio em 1995, é um dos municípios envolvidos no Diagnóstico do PEA-BC que possuem uma relação quase exclusiva com o turismo, sendo conhecido internacionalmente por essa característica. Como toda região que passa a ser potencialmente visitada, teve períodos de valorização de seus terrenos (décadas de 1960 e 1970), favorecendo a venda de casas da população local a turistas, o que contribuiu para o deslocamento de moradores locais para o interior. A partir de 1974, com a construção da Ponte Rio-Niterói e de uma estrada específica de acesso à área da península de Búzios (Estrada Bento Ribeiro Dantas), o turismo e a migração se intensificaram ainda mais.

Com o turismo sendo o principal segmento econômico do município, ao lado da construção civil e do mercado imobiliário, eles acabam sendo os campos econômicos que se relacionam com a maior parte da população local. Os dados da dinâmica econômica de Búzios de 2010, do IBGE²³, evidenciam a vocação para a área de serviços e de indústria (principalmente hoteleira dos setores já listados). De seu Produto Interno Bruto, apenas 0,3% corresponde à Agropecuária. A Indústria compreende a maior parcela do PIB: 59,5%, à frente dos Serviços, que abrange 40,3%.

No caso da indústria de petróleo, deve-se esclarecer que o município de Armação dos Búzios pertence à Zona de Produção Principal, categoria firmada pela Agência Nacional do Petróleo que engloba municípios confrontantes com poços petrolíferos e aqueles com instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural e/ou instalações relacionadas às atividades de apoio à exploração, à produção e ao escoamento, tais como portos, aeroportos, oficinas de manutenção

e fabricação, almoxarifados, armazéns e escritórios²⁴.

Realisticamente, Búzios é classificado na Zona de Produção Principal apenas por ser confrontante aos poços marinhos produtores.

O grau de dependência de Búzios em relação aos valores transferidos de *royalties* sempre foi alto: desde 2002, gira em torno de 47%²⁵, sendo que em 2011 a dependência foi de 44,7%. Essa situação de dependência ressalta a incapacidade de a Prefeitura arcar com as suas despesas correntes apenas com as receitas municipais provindas de impostos e investimentos produtivos (IPTU, ISS etc.). Mesmo com alta arrecadação, devido aos *royalties*, a falta de investimentos em áreas públicas de serviços como saúde, transporte e educação também foi evidenciada pelos grupos sociais no âmbito do Diagnóstico.

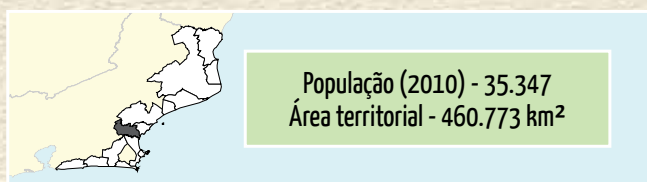
Destaca-se que não há presença física da indústria de petróleo e gás em solo; entretanto, assim como foi apresentado pelo grupo de pescadores marítimos e maricultores, entende-se que há relação direta com a ocupação física do espaço marinho, pela atividade de sísmica e tráfego de rebocadores. Para o grupo de quilombolas, a percepção da ineficiência na gestão dos *royalties* é a relação mais íntima que se tem com a indústria em questão. Tanto no DRP quanto na Oficina, ficou evidenciado que o grupo entende a responsabilidade da Prefeitura Municipal frente à precariedade infraestrutural, não responsabilizando, portanto, a indústria de petróleo e gás por essas questões.

²³ www.ibge.gov.br

²⁴ PIQUET, R. *Petróleo, royalties e região*.

²⁵ PIQUET, R. *et al. A nova centralidade de Campos dos Goytacazes: o velho e o novo no contexto regional*.

Casimiro de Abreu



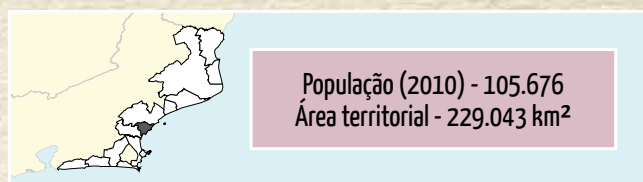
Casimiro de Abreu segue uma trajetória baseada na expansão horizontal (espraçamento) em curso relacionada ao inchaço populacional e à conurbação que ocorreu de forma expressiva em Macaé e em Rio das Ostras nas últimas décadas e que passa a ocorrer com alguma intensidade nesse município durante a última década. Segundo o Censo de 2010, o município teve aumento de 56% no número de moradores desde o ano 2000 devido ao desenvolvimento da indústria em questão. Profissionais que trabalham em Macaé acabam escolhendo Casimiro de Abreu como local de residência, devido à proximidade com a “capital do petróleo” e a custos de vida inferiores.

Além dessa relação com Macaé, existem alguns temas diretamente ligados à indústria de exploração e produção (E&P). Sobre a ocupação do solo, deve ser destacada a existência de: (i) gasoduto Gasduc III; (ii) gasoduto Cabiúnas/Reduc; e (iii) oleoduto que liga a Bacia de Campos a refinarias. Esse macroimpacto é sentido, prioritariamente, pelos moradores do Bairro Industrial. Essa localidade encontra-se próxima à BR -101, via que perpassa a periferia do bairro e teve parte de sua ocupação originada na construção dos gasodutos na década de 1980.

A migração gerada pela busca de empregos na indústria de exploração e produção (E&P) atinge os bairros de Barra de São João, Medeiros e Arroz, conforme relatado por pescadores.

Finalmente, para Casimiro de Abreu, a relação entre o recebimento de *royalties* do petróleo e a receita total do município evidencia a dependência sobre as receitas originárias: 48,8%. Grande parte dos depoimentos ouvidos ao longo do Diagnóstico reflete insatisfação com a administração pública, no que diz respeito à falta de melhorias na infraestrutura pública de serviços.

Rio das Ostras



Rio das Ostras é um município intimamente ligado à indústria de petróleo e, aqui, são apresentados dois dos principais motivos. Sua emancipação no ano de 1993 (Lei 1.894) abriu caminho para que, em 1998, os *royalties* se tornassem a principal fonte de renda do município; essas receitas originárias tiveram relação direta com a emancipação dessa região²⁶. Além disso, Rio das Ostras está a apenas 25 km de Macaé e, por esse motivo, teve uma urbanização bastante acelerada, que registra um aumento de quase 200% no número de moradores desde 2000²⁷.

A instalação da Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras contribuiu para o crescimento populacional por meio da geração de empregos diretos e indiretos, fazendo com que seja uma região atrativa para a migração populacional. A ZEN²⁸, com localização estratégica, ao fazer limite com o Município de Macaé, ao lado da Base de Operações da Bacia de Campos, faz parte do Programa de Desenvolvimento Industrial do Município. Está numa área de um milhão de metros quadrados, com ampla infraestrutura, num investimento público de mais de R\$ 15 milhões e mais de R\$ 120 milhões em investimentos privados. Atualmente, mais empresas têm solicitado aprovação para se inserir na área (que já conta com 36 empresas estabelecidas).

Rio das Ostras é o município, entre os 14 trabalhados neste Diagnóstico, que possui maior dependência em relação aos *royalties*: 67,5% de sua receita total correspondem a essa compensação.

O controle social dos *royalties* está presente como iniciativa, por meio do Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo. Esse órgão foi instituído em 2003 (Lei Municipal 780)²⁹ e é formado por membros da sociedade civil e do Poder Público. Entre outras funções, planeja, sugere e negocia a inclusão de demandas setoriais prioritárias na legislação orçamentária e atua na definição do regulamento do Orçamento Participativo Municipal. No caso das localidades traba-

lhadas no Diagnóstico, Nova Esperança, Âncora, Mar do Norte e Liberdade estão representadas em diferentes setores que fazem parte da composição do Conselho.

No entanto, na percepção dos participantes, o Conselho do Orçamento Participativo não vem obtendo resultados positivos, considerando a falta de políticas públicas para o meio urbano e a baixa participação e a influência da sociedade em relação a esse Conselho. Assim, deficiências nas áreas de infraestrutura e de serviços sociais/públicos foram relatadas durante a realização do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP – e mais bem debatidas nas Oficinas Devolutivas. Esse cenário é visto como um paradoxo para a maioria dos entrevistados ao longo do trabalho, quando se conhece a porcentagem de *royalties* em relação ao total da receita arrecadada.

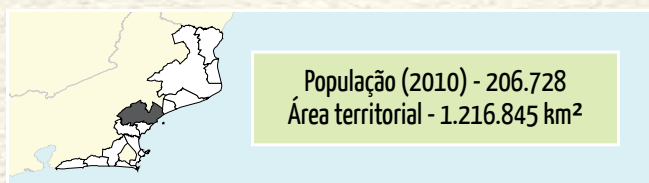
²⁶ NETO, A.F.P. & AJARA, C. *Transformações recentes na dinâmica socioespacial do Norte Fluminense*.

²⁷ www.noticias.r7.com

²⁸ www.riodasstras.rj.gov.br

²⁹ *Idem*.

Macaé



Em 1974, a descoberta de petróleo na Bacia de Campos passou a modificar, sobremaneira, o município que hoje é conhecido internacionalmente como a “capital do petróleo”.

Com toda a economia ligada direta ou indiretamente à exploração de petróleo e gás natural, Macaé registra um crescimento populacional bem acima da média: 46,8%, segundo o Censo de 2010 do IBGE. O fluxo de atividades ligadas à indústria de exploração e produção (E&P) é tão grande que seu aeroporto é o mais movimentado da América Latina em número de pousos e decolagens. Muitos desses voos transportam um grande

número de profissionais de empresas estrangeiras; já se estima que em Macaé 10% da mão de obra formal seja estrangeira³⁰. Além disso, para se ter uma ideia do fluxo de empregos: a sede do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Embarcados do Brasil está baseada em Macaé e abriga 30 mil trabalhadores apenas da categoria “embarcados” em plataformas. A região abriga multinacionais de 54 países, sendo que há a expectativa de receber cerca de 100 mil habitantes até 2016. No entanto, é evidente a falta de desenvolvimento social em sintonia com esse crescimento econômico.

O impacto dessa dinâmica se faz presente nas dezenove favelas existentes³¹, inchadas, é claro, também por pessoas que migraram para a região em busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego na indústria petrolífera. Os investimentos viáveis na orla de Macaé não aparecem em seu centro e regiões periféricas: o trânsito se mostra caótico; há falta de transporte público e precariedade dos serviços de saúde e de educação. Esse cenário foi bastante reforçado pelos depoimentos durante a etapa de levantamento de campo por meio do DRP e na Oficina Devolutiva Municipal.

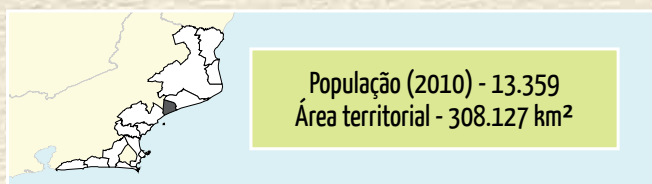
Quarenta e seis por cento (46%) de sua receita total provêm dos recebimentos de *royalties*, o que evidencia a forte dependência do município em relação a essas receitas. Há ainda os valores oriundos das participações especiais e principalmente da receita tributária.

No caso dos grupos sociais envolvidos no Diagnóstico do PEA-BC em Macaé (moradores urbanos periféricos e pescadores marítimos), os impactos da indústria de petróleo e gás natural são muito sentidos em questões de pressão sobre a infraestrutura urbana e outros efeitos que o crescimento populacional, aliado à falta de investimentos, causa, tanto para moradores urbanos e de periferia quanto para os pescadores marítimos. Ainda, no caso destes últimos, a ocupação do espaço marinho pela indústria é um dos principais problemas vivenciados e afeta a atividade cotidiana da pesca. Ainda, para o grupo de moradores urbanos, a ocupação do espaço físico pelo gasoduto Gasduc III (que passa pela região do Complexo da Ajuda) é tema de relação direta.

³⁰ *Carta Capital*, julho de 2012.

³¹ *Idem*.

Carapebus



Carapebus pertenceu ao Município de Macaé até 1995, passando dois anos sob tutela e emancipando-se em 1997. Tem-se que a inserção do município na economia do petróleo motivou sua separação de Macaé, atraída pelo possível recebimento de *royalties* e pautada no ideário de ser pouco priorizado por investimentos e políticas públicas de Macaé.

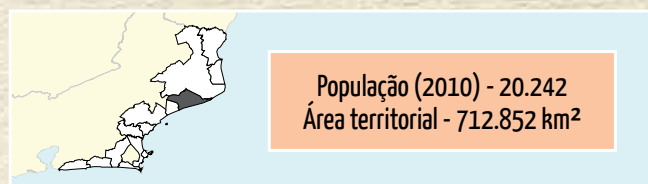
Essa informação parece se concretizar pelo dado de que, em 2010, a porcentagem de *royalties* em relação à receita total do município foi de 52,7%, o que indica sua expressiva dependência em relação a essa receita.

Carapebus, assim como Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Cabo Frio e Búzios, é classificado como pertencente à Zona de Produção Principal, beneficiando-se da extração petrolífera, mas sem sofrer, até o momento, grandes consequências dessa atividade no que tange aos impactos físicos ocupacionais.

Essa realidade ficou evidenciada durante a realização da Etapa 3 (DRP) e da Etapa 4 (Oficinas Devolutivas), traduzida na pouca menção a problemas relacionados diretamente à indústria de petróleo e gás pelos três grupos sociais abordados nesse município.

Há destaque para efeitos da proximidade física de Carapebus em relação a Macaé, com a escolha como residência pela oferta de moradias mais baratas, gerando crescimento populacional motivado pela indústria petrolífera e pressão na infraestrutura pública e de serviços. Existe ainda a movimentação do município na estratégia de implantação de uma Zona Especial de Negócios. Esse conjunto de fatores tende a alterar o quadro futuro e aproximar o município do centro gerador de impactos.

Quissamã



Quissamã é um município jovem e também tem sua história ligada à corrida pela divisão dos *royalties* do petróleo. O atual município pertencia a Macaé e emancipou-se em 1989, com área do distrito de Quissamã e parte do distrito de Carapebus. Sua população em 1991 era de 10.467 habitantes, passando a 13.674 em 2000. Segundo dados do Censo de 2010 realizado pelo IBGE, Quissamã contava com 20.242 habitantes.

Esse aumento populacional é expressivo. Atualmente, o crescimento populacional vem sendo orientado pelo desenvolvimento de Zonas Especiais de Negócio (ZEN). Um de seus resultados é a implantação de novos empreendimentos e a geração de empregos, fator que funciona como atrativo populacional e explica o crescimento das periferias da cidade.

Outra questão central é que o recebimento de *royalties* possibilitou que a Prefeitura investisse em serviços e gerasse empregos na máquina pública, com base na política de terceirização. Esse recurso também ajudou a melhorar a qualidade de vida, pois alguns investimentos em saúde e educação vêm transformando o município em polo atrativo para os sujeitos que migram de regiões mais pobres em busca de seus serviços educacionais e de saúde pública.

Antes da exploração do petróleo na Bacia de Campos, Quissamã se destacava por sua produção sucroalcooleira. Até o começo do século XX Quissamã teve um crescente desenvolvimento. Mas, a partir da crise de 1929, vários fazendeiros se endividaram e perderam suas terras para o Engenho Central de Quissamã, que monopolizava a economia local. A estagnação econômica durou até a década de 70, com a criação do programa Proálcool e com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos.

Com o descobrimento de petróleo na Bacia de Campos, iniciou-se uma nova fase na história de Quissamã.

O município recebe altos recursos financeiros advindos dos *royalties*, fator que o eleva à maior renda *per capita* da Bacia de Campos. E, segundo os gestores de Quissamã, esse recurso é investido na melhora da infraestrutura da cidade, elevando a qualidade de vida da população³².

Sua característica é a diversificação econômica, tendo atualmente como principais atividades a cana-de-açúcar, o coco anão verde, o abacaxi, a pecuária e o petróleo. Historicamente, o município tem raízes na agropecuária, com base na produção de cana-de-açúcar.

Em busca do desenvolvimento sustentável, foi inaugurada, em março de 2006, a Zona Especial de Negócios 1 (ZEN 1) com a infraestrutura necessária para a instalação de empresas. Aliada ao programa Quissamã Empreendedor, que oferece incentivos para empreendimentos no município, a ZEN promete dar um salto de desenvolvimento para Quissamã.

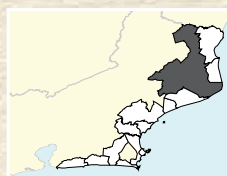
Outro grande atrativo é o incentivo com ICMS a 2%, uma ação estadual para industrialização do interior. As primeiras fábricas da ZEN 1 já geram emprego no município. Logo após a inauguração da estrutura, entraram em atividade a metalúrgica DN Industrial e a Sinopec, empresa chinesa responsável pela construção do gasoduto Cabiúnas-Vitória.

A Cooperativa Macuco e a Pró-Vida Alimentos começaram o funcionamento em junho de 2007.

Esse histórico do município já antecipa algumas problemáticas apresentadas nas oficinas. Além disso, contribui para a compreensão de sua personalidade produtiva, sua estrutura fiscal e a relação de sua história com a indústria de petróleo e gás na transformação de seu perfil produtivo.

³² www.quissama.rj.gov.br

Campos dos Goytacazes



População (2010) - 463.731
Área territorial - 4.026.712 km²

A riqueza de Campos, no século XIX, pode ser creditada à expansão da produção açucareira, que, posteriormente, modernizou seus antigos engenhos a vapor. Como resultado, a partir de 1970, o município viria a se tornar a região com maior número de estabelecimentos industriais do Norte Fluminense. Concentra indústrias de alimentos, químicas, metalúrgicas e, desde o início dos anos 1970, vem desenvolvendo atividades ligadas à indústria do petróleo³³.

O município sofre influência direta das atividades de exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos e é a região que mais arrecada com os *royalties* oriundos da produção petrolífera. Para ficar em um exemplo, no ano de 2011, sua arrecadação foi de cerca de R\$ 560 milhões³⁴.

No entanto, essas receitas não se convertem em investimentos em sua plenitude. Uma parcela crescente dos *royalties*, a partir de 1999, vem sendo destinada para despesas de custeio, desviando-os de seu caráter compensatório. Essa situação, além de estar presente em literaturas específicas e utilizadas na composição deste relatório, é algo evidenciado pelos grupos sociais deste município. A percepção é que há falta de investimento em infraestrutura de serviços públicos prioritários para o bem comum: saúde, educação, transporte, saneamento e planejamento. Assim, se traduz, em parte, a falta de efetividade no emprego dos *royalties*.

Por outro lado, mesmo que pontuais, existem algumas iniciativas que refletem uma melhor utilização do potencial de desenvolvimento que a indústria de petróleo oferece na região: Campos instituiu com os *royalties* um fundo de apoio à produção rural para

³³ NAVARRO, C.A.S. *Royalties do Petróleo: estudo de caso de Campos dos Goytacazes*.

³⁴ www.ompetro.org.br

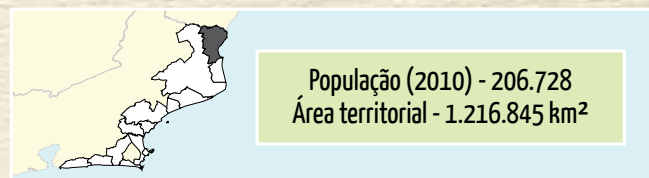
viabilizar programas de apoio à fruticultura, à piscicultura e à tradicional produção de açúcar e de álcool, que ainda respondem por cerca de 40% da economia local³⁵.

É importante destacar, também, a ampla oferta de cursos direcionados à economia do petróleo: o município é uma referência na Bacia de Campos no que diz respeito à variada oferta de capacitações oferecidas por iniciativa pública, privada e mista.

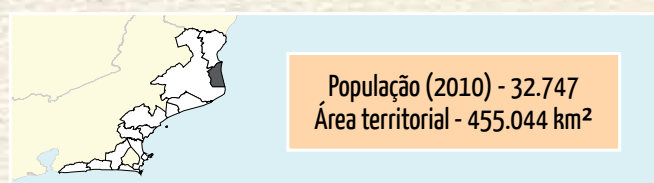
³⁵ NAVARRO, C.A.S. *Op. cit.*

O Distrito Industrial é também composto pelo corredor logístico, que será executado pela Secretaria de Obras do Rio de Janeiro, e terá extensão de 45 km para escoar matéria-prima e produtos advindos do porto.

São Francisco de Itabapoana



São João da Barra



Em 1995, São João da Barra foi desmembrado, e três de seus distritos passaram a fazer parte de um novo município: São Francisco de Itabapoana. Atualmente a cidade possui seis distritos: Sede, Atafona, Grussaí, Cajueiro, Pipeiras e Barcelos.

Entre as principais atividades econômicas de São João da Barra estão: turismo, agropecuária, olericultura e fruticultura nativa, pesca, indústria de bebidas e usina de açúcar. Mais da metade da arrecadação municipal (70%) vem do repasse dos *royalties* do petróleo.

Desde 2007, estão sendo implementadas as obras do Porto do Açu e do Distrito Industrial, considerado o maior empreendimento industrial logístico e de infraestrutura portuária das Américas, que já vem interferindo diretamente na vida dos moradores do município.

Intensas mudanças do bairro do Açu, Mato Escuro e Água Preta estão ocorrendo em função do Complexo do Açu. Esse empreendimento demanda o uso de uma extensa parcela do solo, provocando remoções e conflitos com famílias e comunidades locais. O projeto do Porto conta com o apoio do Governo do Estado, sendo parte do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin). O Codin se responsabilizará pela construção do Distrito Industrial, que abrange uma área de 70 km em torno do porto.

O município apresenta um dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do Estado do Rio de Janeiro, encontrando-se na 91ª posição entre os 92 municípios do Estado³⁶. Não há presença física da indústria de petróleo em seu território, e os *royalties* são arrecadados em cifras anuais pequenas, o que é evidenciado pelo baixo nível de representação no orçamento municipal (10%). Assim, por essas características, torna-se um dos municípios com menor relação direta com a indústria de petróleo e gás.

Esse cenário de dificuldades econômicas e sociais resulta em um processo de êxodo, especialmente dos jovens, em busca de trabalho e oportunidades em municípios vizinhos, sobretudo no Município de Campos dos Goytacazes.

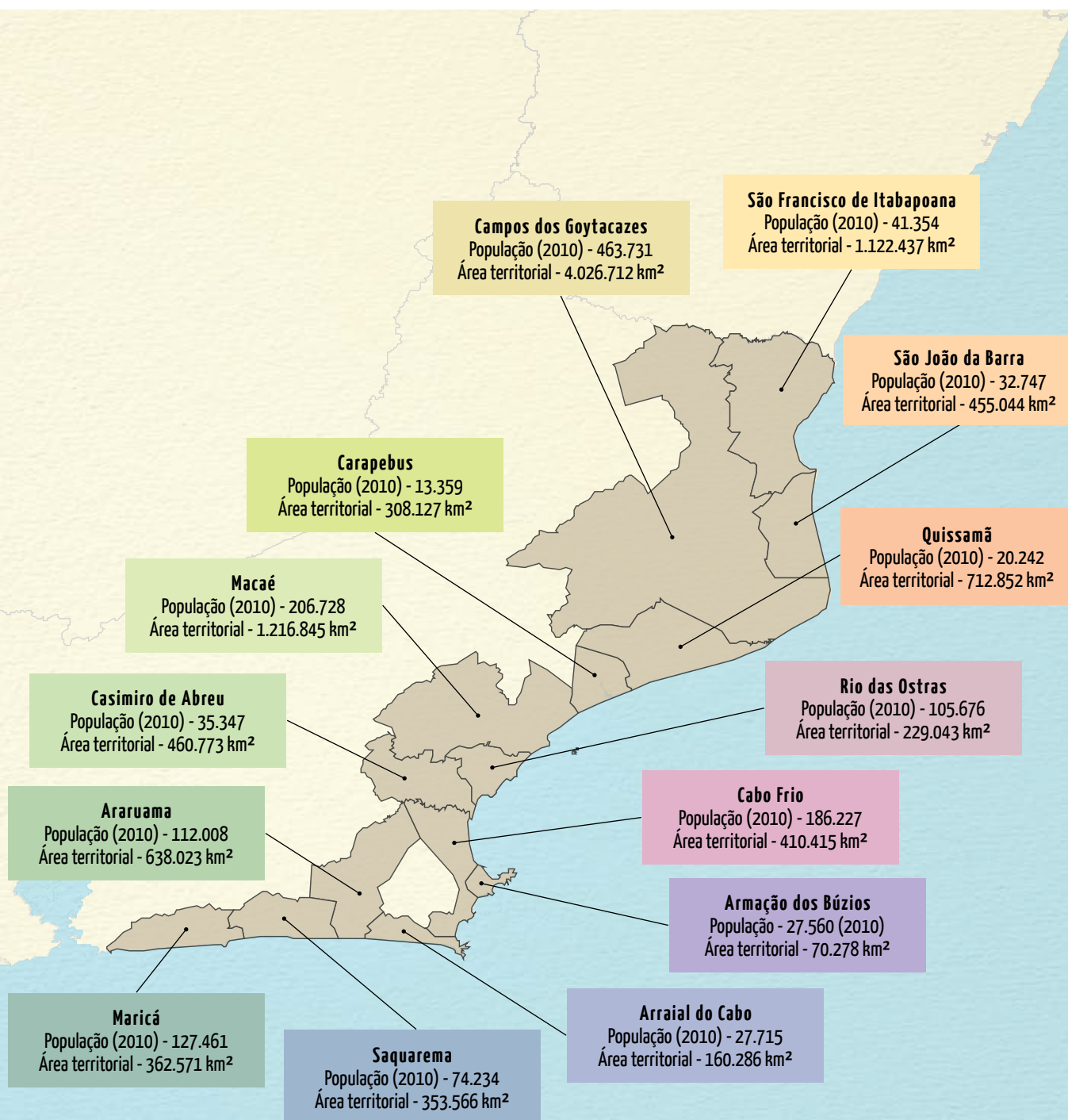
Essa realidade é atestada pela estagnação em termos de crescimento populacional segundo os censos do IBGE nas últimas duas décadas. Esse movimento migratório campo-cidade teria como causa o desequilíbrio significativo entre os orçamentos municipais, oferta de benefícios sociais e empregabilidade no serviço público dos municípios do Norte Fluminense.

Como consequência, há uma desestruturação no âmbito das famílias que operam e/ou dependem de mão de obra jovem para os trabalhos físicos na pesca artesanal e na agricultura familiar. Esse é um dos fatores que levam ao enfraquecimento da organização social tradicional, e pode levar, em casos extremos, ao desaparecimento de algumas culturas produtivas.

Mesmo com todas as dificuldades, o município se destaca por sua produção de abacaxi, possuindo, também, algumas organizações camponesas fortes que

gozam do apoio de programas municipais, que compõem, de forma programada, a produção do agricultor familiar para a merenda escolar.

MUNICÍPIOS DA BACIA DE CAMPOS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS ATIVIDADES MARÍTIMAS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DA PETROBRAS





Dos Resultados Regionais

A última etapa deste Diagnóstico foi a integração dos resultados municipais, com a finalidade de integrar uma visão, até então fragmentada. Para tanto, métodos e ferramentas foram aplicados visando facilitar a visualização de tais resultados. Em seguida, esses critérios serão apresentados, juntamente a alguns resultados parciais, com a finalidade de orientar a leitura do relatório final completo.

Critérios para o agrupamento dos problemas comuns e a formação da Agenda Regional, assim como para a junção dos grupos de discussão regional

No Encontro Regional, optou-se por trabalhar com três grupos, facilitando o alcance do objetivo desse momento e a aplicação de metodologia: **(i) grupo dos Pescadores;** **(ii) grupo dos Moradores Urbanos;** e **(iii) grupo dos Quilombolas, Assentados e Moradores Rurais.**

Os critérios que definiram a divisão desses coletivos foram, sobretudo: **(i)** o conceito de grupo social adotado neste Diagnóstico; **(ii)** a similaridade profissional, ocupacional, espacial; e **(iii)** a incidência de problemas comuns, devido à sua maior ou menor relação de dependência com os recursos naturais e a força de trabalho familiar.

Assim sendo, os **Pescadores**, por formarem o grupo social com maior relação de impactos diretos da indústria de petróleo e gás (principalmente em relação aos do uso e ocupação do espaço marinho) e por contarem com o maior número de participantes na Regional, constituíram um único grupo de discussão.

Da mesma forma, os **Moradores Urbanos** discutiram sua relação com a indústria do petróleo e gás de forma individualizada. Isso se justifica pelo fato de que sentem reflexos da indústria de petróleo e gás principalmente no âmbito econômico, demográfico, social e espacial de acordo com a presença física da indústria em seu município.

Sobre o grupo dos **Quilombolas, Assentados e Moradores Rurais**, optou-se pelo seu agrupamento pelos seguintes motivos:

- Possuem relações mais afastadas aos impactos da indústria de petróleo e gás do que os pescadores e moradores urbanos.
- Grande parcela do seu estado de vulnerabilidade relaciona-se a questões históricas e sociais.
- Para superar situações de vulnerabilidade extremas, como é o caso de algumas comunidades, há, em geral, outros atores e espaços envolvidos, que não os de Licenciamento Ambiental ligado à CGPEG/Ibama. Instâncias como Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Fundação Palmares, junto com as Prefeituras e o Governo do Estado, exercem relação central para garantir as estratégias de vida. Alguns exemplos: **(i)** reconhecimento e institucio-

nalização do grupo social (no caso dos quilombolas e assentados); (ii) direito de acesso à terra; (iii) políticas de fomento à agricultura familiar, subsídios para aquisição de materiais e sementes, programas de compra da produção familiar e escoamento e inserção da produção em mercados formais, já garantidas como direitos constitucionais desde 1988.

- Ocupam espaços vitais similares e têm estratégias de vida baseadas na exploração dos recursos naturais do solo.

Ainda, deve-se considerar central a existência de elementos econômicos, políticos e culturais que fortalecem seus laços de proximidade e estão baseados na relação com o território e a sua utilização na reprodução material e cultural. Certamente, buscou-se respeitar suas diferenças étnicas e culturais, focando em sua identidade política como elemento central para ação frente às diversas ameaças internas e externas que atingem tais grupos no campo político-econômico local.

A lógica diagramada

O conjunto das discussões e resultados levantados ao longo deste Diagnóstico forneceu à equipe técnica instrumentos para definição de problemas centrais capazes de unir os grupos sociais por campos temáticos. Nesse sentido, um esquema simples foi montado internamente pela equipe técnica e apresentado na

Figura abaixo para facilitar a discussão nos grupos.

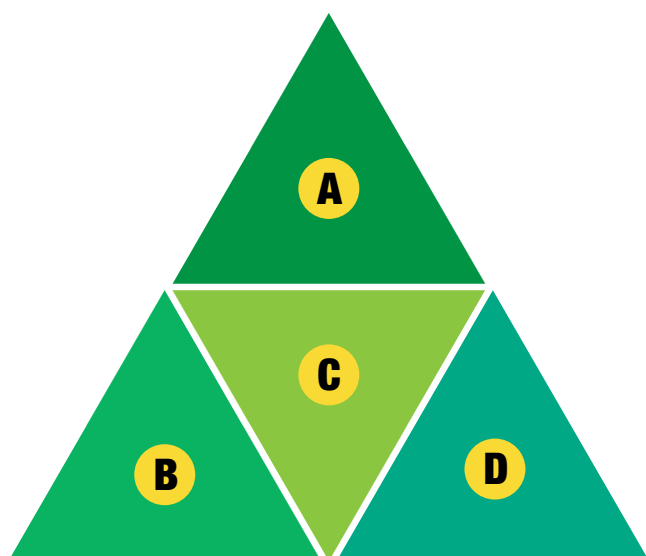
Alguns pontos devem ser destacados, considerando que auxiliaram na definição dessa metodologia, e têm como base teórica a Sociologia dos Campos Sociais:

- Cada grupo possui sua própria identidade cultural e sua representação coletiva, conferindo-lhes uma identidade política e social.

- Essa identidade possui relação direta com o espaço no qual se desenvolve. Problemas comuns, em alguns casos, se transformam em ameaças para a própria identidade.

- Tem-se como resultado final, portanto, uma identidade móvel, baseada no passado – suas vivências, valores e crenças – e no presente, relacionando-se, diretamente, com o espaço vivido em cada município.

Assim, a Figura abaixo busca apresentar, de forma simples, como aspectos culturais, capitalizados com base em problemas e ameaças afetam a capacidade do grupo em reproduzir-se cultural e materialmente. Esse cenário, por outro lado, vem favorecendo a instrumentalização de identidades político-culturais que se apresentam mais úteis nas lutas cotidianas por acessos a benefícios e direitos sociais de grupo na contemporaneidade. Ou seja, mesmo que haja pressão por uma nova realidade, há uma tendência de que os grupos se fortaleçam. Assim, o conjunto de elementos que os pressionam termina por empurrá-los ao centro da figura como uma força centrífuga capaz de gerar alguns níveis de identificação político-cultural.



A

Problemas comuns

B

**Contexto em que se desenvolvem as ameaças
(visão sistêmica e espacial)**

C

Identidades político-sociais

D

**Ameaças internas
e externas**

Considera-se, é claro, que uma mesma força atinge cada grupo de maneira diferenciada, fator que, geralmente, leva ao fracionamento do núcleo e à divisão de forças para reação. Cada grupo social pode ter for-

mas de organização e estratégias culturais de enfrentamento diferentes, de acordo com a distribuição de força aplicada ao seu centro.



Agrupamento de problemas pelo critério de frequência

Para a escolha dos problemas comuns a serem trabalhados nos grupos, na Oficina Regional, criou-se um critério de "corte de frequência". Ou seja, além de todos os problemas relacionados à indústria de petróleo e gás, também foram considerados aqueles que apareciam em pelo menos 50% dos municípios.

Quilombolas, Moradores Rurais e Assentados **Frequência dos problemas comuns e resultados da Regional**

Para pleno entendimento da espacialidade desse grupo, retomam-se rapidamente os municípios e localidades desse coletivo.

Localidades do grupo de Moradores Rurais, Assentados e Quilombolas

Município	Moradores Rurais	Moradores Rurais e Assentados	Quilombolas
Cabo Frio			Botafogo
Armação dos Búzios			Bala Formosa, Praia Rasa e Maria Joaquina
Rio das Ostras		Cantagalo e Rocha Leão	
Carapebus		Barreiros, Itaquirá, Rodagem e Fundão	
Quissamã			Machadinha
São João da Barra	Açu e Mato Escuro		
São Francisco de Itabapoana	Nova Belém (Carrapato)		Deserto Feliz

Frequência dos problemas comuns para o grupo de Quilombolas

Macrotema	Problemas Quilombolas	Frequência total em relação aos 4 municípios	Municípios onde este problema existe
	Relação direta com E&P*		
Uso e Ocupação do Solo	Desinformação em relação a gasoduto na comunidade	25%	Quissamã
Macrotema	Sem relação com E&P*	Frequência total em relação aos 4 municípios	Municípios onde este problema existe
Gestão Pública e Políticas Sociais	Baixo acesso a empregos qualificados	75%	Quissamã, São Francisco de Itabapoana e Búzios
	Baixo acesso a políticas sociais	100%	Cabo Frio, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e Búzios
	Infraestrutura precária de serviços públicos	100%	Cabo Frio, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e Búzios
Organização Social	Desvalorização da cultura quilombola	75%	Búzios, Cabo Frio e São Francisco de Itabapoana
	Pouca participação de jovens na organização social	50%	Cabo Frio e Quissamã
Questões Fundiárias	Especulação imobiliária	50%	Búzios e Cabo Frio
	Irregularidade fundiária	50%	Búzios e Cabo Frio

*E&P: Indústria de Exploração e Produção.

Frequência dos problemas comuns para o grupo de Moradores Rurais e Assentados

Macrotema	Problemas Assentados Moradores Rurais	Frequência total nos 4 municípios	Municípios onde este problema existe
	Relação direta com E&P		
Uso e Ocupação do Solo	Presença de gasoduto nas comunidades e ocupação do solo por indústria ligada ao setor de petróleo	50%	Rio das Ostras e Carapebus
	Desapropriação de moradias pelo avanço da indústria de petróleo e gás	25%	São João da Barra
Macrotema	Relação indireta com E&P*	Frequência total nos 4 municípios	Municípios onde este problema existe
Crescimento Desordenado	Crescimento desordenado das cidades potencializado pela expectativa de trabalho na indústria de E&P*	50%	Rio das Ostras e São João da Barra
Gestão Pública e Políticas Sociais	Dificuldade de acesso a trabalhos qualificados	75%	Rio das Ostras, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana
	Infraestrutura precária de serviços públicos	100%	Rio das Ostras, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Carapebus
	Ineficiência na aplicação de investimentos públicos e <i>royalties</i>	75%	Rio das Ostras, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana
Macrotema	Sem relação com E&P*	Frequência total nos 4 municípios	Municípios onde este problema existe
Recursos Sociais e Econômicos	Dificuldade de acesso a crédito / instabilidade da renda	100%	Rio das Ostras, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Carapebus
Questões Fundiárias	Irregularidade fundiária e das propriedades das casas	100%	Rio das Ostras, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Carapebus
Organização Social	Organização social debilitada	75%	Rio das Ostras, São João da Barra e Carapebus
Meio Ambiente	Degradação do meio ambiente	75%	Rio das Ostras, Carapebus e São Francisco de Itabapoana
	Problemas de irrigação / abastecimento d'água	50%	Carapebus e São Francisco de Itabapoana

*E&P: Indústria de Exploração e Produção.

As tabelas com os resultados finais referentes à discussão sobre os Quilombolas podem ser encontradas entre as páginas 185 e 198 do relatório final do Diagnóstico Participativo.

Grupo dos Pescadores

Frequência dos problemas comuns e resultados da Regional

Município	Grupo	Localidade
Maricá	Pescadores marítimos e de águas interiores	Ponta Negra (Jaconé e Cordeirinho) e Itaipuaçu
Saquarema	Pescadores marítimos / Pescadores de águas interiores	Itaúna e Jaconé / Mombaça, Gravatá, Barra Nova e Porto da Roça
Araruama	Pescadores de águas interiores / Pescadores de águas interiores e salineiros	Orla da Laguna e Praia do Hospício / Praia Seca
Cabo Frio	Pescadores marítimos / Maricultores / Pescadores marítimos e de águas interiores / Quilombolas pescadores	Gamboa / Peró / Tamoios - rio São João / Botafogo e Maria Joaquina
Arraial do Cabo	Pescadores marítimos / Pescadores marítimos e de águas interiores	Roça Velha, Morro da Cabocla, Morro da Boa Vista, Prainha, Porto do Forno e Praia dos Anjos / Pernambuco, Figueira, Monte Alto e Caiçara
Armação dos Búzios	Pescadores marítimos / Maricultores	Praia do Canto, Praia da Armação, José Gonçalves, Geribá, Manguinhos, Ossos, Tucuns, Ferradurinha, Rasa / José Gonçalves, Rasa
Casimiro de Abreu	Pescadores marítimos e de águas interiores e aquicultores	Distrito de Barra de São João (Barra do rio São João, Medeiros e Arroz)
Rio das Ostras	Pescadores marítimos	Boca da Barra
Macaé	Pescadores marítimos	Barra de Macaé, Nova Esperança e Fronteira
Carapebus	Pescadores marítimos / Pescadores de águas interiores	Praia de Carapebus / Caxanga
Quissamã	Pescadores marítimos / Pescadores de águas interiores	Barra do Furado / Caxias e Ribeira
Campos dos Goytacazes	Pescadores marítimos / Pescadores de águas interiores	Farol de São Tomé e Terminal Pesqueiro / Coroa Grande, Parque dos Prazeres, Ponta Grossa dos Fidalgos, Lagoa do Vigário
São João da Barra	Pescadores marítimos / Pescadores de águas interiores	Atafona / Açú
São Francisco de Itabapoana	Pescadores marítimos / Pescadores marítimos e de águas interiores	Litoral (Gargau, Sossego, Guaxindiba, Manguinhos, Barra de Itabapoana)/ Barrinha

A seguir, é apresentado o resultado do critério de frequência para definição dos problemas comuns dos pescadores.

Macrotema	Problemas Pescadores	Frequência em relação aos 12 municípios	Municípios onde este problema existe
	Relação DIRETA com E&P		
Uso e Ocupação do Espaço Marinho	Tráfego de embarcações da cadeia de suporte às plataformas	79%	Maricá, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Área de fundeio dos rebocadores e barcos de apoio	79%	Maricá, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Operação sísmica marítima	43%	Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana.
	Entorno das unidades de perfuração e produção e estocagem de petróleo	100%	Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Grandes empreendimentos costeiros	43%	Maricá, Arraial do Cabo, Macaé, Campos dos Goytacazes e São João da Barra.
Licenciamento Ambiental	Procedimentos do Licenciamento	57%	Maricá, Búzios, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana.
	Atividade de petróleo anterior ao Licenciamento	50%	Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Macaé, Campos dos Goytacazes, São João da Barra.
	Medidas compensatórias	50%	Maricá, Búzios, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana.
	Medidas mitigatórias	50%	Maricá, Búzios, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana.
	Participação na negociação dos blocos de Exploração e Produção	50%	Maricá, Búzios, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana.
Produção Pesqueira	Efeito atrator das plataformas (em relação ao pescado)	79%	Maricá, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Atividades sísmicas afugentam o pescado	43%	Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana.
	Poluição no mar	79%	Maricá, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
Macrotema	Relação INDIRETA com E&P	Frequência total em relação aos 12 municípios	Municípios onde este problema existe
Ordenamento Pesqueiro	Áreas de pesca	79%	Maricá, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Pesca desordenada	100%	Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana.
	Políticas de gestão		
	Fiscalização		
Macrotema	Sem relação com E&P	Frequência total em relação aos 12 municípios	Municípios onde este problema existe
Organização Social	Organização social fragilizada	100%	Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.
	Reprodução social	100%	Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

Os dezenove problemas comuns aos pescadores dos 14 municípios envolvidos neste Diagnóstico foram agrupados em quatro macrotemas. Os dois primeiros são exclusivamente relacionados à cadeia da indústria de exploração e produção (E&P). Problemas como o grupo Empreendimentos de Petróleo e Gás na Bacia de Campos – subdividido em Uso e Ocupação do Espaço Marinho e Licenciamento Ambiental e Produção Pesqueira – acabam gerando a diminuição das possibilidades de pescadores.

O terceiro macrotema deriva do Ordenamento Pesqueiro, cuja parte dos problemas se liga à indústria de petróleo indiretamente, havendo outros que não. O quarto e último tema converge problemas de Organização Social, não relacionados à cadeia de E&P.

As tabelas com os resultados finais referentes à discussão sobre os Pescadores podem ser encontradas entre as páginas 199 e 213 do relatório final do Diagnóstico Participativo.

³⁷ Não engloba os grupos de pesca lagunar de Carapebus, Araruama, Maricá e Saquarema.

Grupo de Moradores Urbanos – frequência dos problemas comuns e resultados da Regional

Para pleno entendimento da espacialidade desse grupo, retomam-se (tabela abaixo) rapidamente os municípios e localidades do coletivo dos Moradores Urbanos.

Município	Grupo	Localidades
Cabo Frio	Moradores urbanos	Monte Alegre, Jardim Esperança, Caiçara e Tamoios
Casimiro de Abreu	Moradores urbanos	Bairro Industrial e Palmital
Rio das Ostras	Moradores urbanos	Mar do Norte (Arlindo Martins), Âncora, Nova Esperança e Liberdade
Macaé	Moradores urbanos periféricos	Lagomar, Nova Botafogo, Complexo Ajuda (Ajuda de Cima, Ajuda de Baixo e Planalto da Ajuda), Águas Maravilhosas e Virgem Santa
Carapebus	Moradores urbanos	Centro, Sapecado e Ubás
Campos dos Goytacazes	Moradores urbanos	Dores de Macabu, Ururaí e Ponta da Lama



Frequência dos problemas comuns para o grupo de Moradores Urbanos

Macrotema	Problemas Moradores Urbanos	Frequência total em relação aos 6 municípios	Municípios onde este problema existe
	Relação direta com E&P		
Uso e Ocupação do Solo	Presença de gasodutos em bairros	33%	Casimiro de Abreu e Macaé. Em Dorés de Macabu (Campos dos Goytacazes), há gasoduto, mas não é visto como um problema. Por esse motivo, este município não foi contabilizado na frequência.
Macrotema	Relação indireta com E&P	Frequência total em relação aos 6 municípios	Municípios onde este problema existe
Crescimento Desordenado	Crescimento desordenado das cidades, potencializado pela expectativa de trabalho na indústria de E&P. Relaciona-se a ocupações irregulares	100%	Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus e Campos dos Goytacazes
Gestão Pública e Políticas Sociais	Infraestrutura precária de serviços, principalmente nos setores de saúde, educação e transporte	100%	Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus e Campos dos Goytacazes
	Aumento da criminalidade e do tráfico de drogas	50%	Cabo Frio, Rio das Ostras e Macaé.
	Gestão ineficiente de recursos públicos e de <i>royalties</i>	100%	Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus e Campos dos Goytacazes
Meio Ambiente	Poluição de cursos d'água	83%	Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus e Campos dos Goytacazes
Macrotema	SEM relação com E&P	Frequência total em relação aos 6 municípios	Municípios onde este problema existe
Organização Social	Baixa participação social	100%	Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus e Campos dos Goytacazes

As tabelas com os resultados finais referentes à discussão sobre os Moradores Urbanos podem ser encontradas

entre as páginas 214 e 224 do relatório final do Diagnóstico Participativo.



***Royalties* em Discussão**

Ao longo deste Diagnóstico, sobretudo na etapa das Devolutivas Municipais, a temática dos *royalties* pagos aos municípios da Bacia de Campos apareceu como tema central, por ser uma realidade dos 14 municípios trabalhados. Os grupos sociais apresentavam um interesse acentuado por essa discussão, já que eram altos os níveis de desconhecimento. Nessa perspectiva, discutir essas receitas originárias fez parte do processo educativo envolvido neste Diagnóstico.

No entanto, mesmo com apoio da mediação da equipe técnica nas oficinas da Etapa 4, continuou evidente que essa temática continuava permeada por incertezas, desinformações e negatividade.

Assim, decidiu-se por dedicar um espaço específico para debater os *royalties* no Encontro Regional.

Dos *Royalties* no Encontro Regional

Em todos os municípios, o tema *royalties* foi levantado e comumente associado às expressões: “má gestão” e “perda do controle social”. Assim, apresentou-se uma dicotomia por meio de uma moeda: de um lado, está o Estado; de outro, a população. É evidente o papel do poder público na gestão e no investimento dessas receitas, que têm na sua gênese a justiça intergeracional como base.

Todos os 104 participantes da Regional foram divididos aleatoriamente em 4 grupos, para então discutirem, junto a facilitadores, em espaços físicos diferentes. Inicialmente, foi feita uma apresentação geral, com a definição de *royalties* e de controle social. Por meio de perguntas norteadoras (apresentadas a seguir) buscou-se garantir plenitude de reflexões, com base nas próprias experiências dos participantes, aliadas às contribuições teóricas dos facilitadores. A seguir, os resultados que foram gerados pelos grupos de discussão.

Síntese dos resultados regionais sobre o tema *Royalties* – Grupo de Discussão 1

Grupo 1 – Disputas pelo controle na aplicação dos <i>royalties</i>	
1 - Quais os espaços de participação e instrumentos de controle social já conhecidos?	• Comitê de Bacias; • Audiências Públicas; • Fóruns; • Conferências; • Ministério Público; • Câmara de Vereadores; • Conselhos Federais, Estaduais e Municipais; • Projeto Pólen; • Projeto NEA-BC; • Diagnóstico Participativo; • Plano Diretor do Município; • Agenda 21; • Organizações sociais (associações) de um modo geral.
2 - Como estão funcionando?	• Audiência Pública: não são bem divulgadas. A sociedade tem deixado de participar por não perceber resultados; • Ministério Público: está funcionando, mas não tem transparência. As pessoas fazem denúncias, mas não acompanham os processos; • Conselhos: atuam, mas também não têm transparência, e há uma limitação e falta de clareza sobre a possibilidade de participação das pessoas. • Câmara de Vereadores: as pessoas têm participação limitada pois não têm direito a voz; • Projeto Pólen: timidamente, e a população ainda está aprendendo a participar; • Diagnóstico Participativo: a população em geral tem atuado timidamente, pois ainda está em processo de amadurecimento; • Plano Diretor: timidamente, e a população ainda está aprendendo a participar; • Agenda 21: timidamente; • Associações: sua existência não é interessante para os governos. Daí a falta de apoio e acolhimento. A população até participa se cadastrando, mas acaba se desmotivando pela falta de apoio.
3 - Como a sociedade vem atuando nesses espaços?	• Timidamente.
4 - Como vocês querem fazer para que eles funcionem?	• Manifestações populares; • Participação e envolvimento da imprensa falada e escrita; • Igrejas; • Capacitação e formação voltada aos fóruns e conselhos; • Maior participação da sociedade em todos os espaços; • Palestra do Ministério Público nas escolas, ajudando na formação em cidadania; • Mais comprometimento dos conselhos; • Maior divulgação dos espaços; • Estímulo à cultura de participação.

Síntese dos resultados regionais sobre o tema *Royalties* – Grupo de Discussão 2

Grupo 2 – Disputas pelo controle na aplicação dos <i>royalties</i>	
1- Quais os espaços de participação e instrumentos de controle social já conhecidos?	• Projeto NEA-BC; • Orçamento Participativo; • Reuniões comunitárias; • Dotação Orçamentária; • Câmara Itinerante de Búzios; • Comissão dos <i>Royalties</i>; • Conselho Municipal dos <i>Royalties</i> de Macaé; • Observatório de Contas Públicas (Búzios).
2 - Como estão funcionando?	• Sem comprometimento; • O orçamento não foi discutido; • Alguns espaços não estão funcionando.
3 - Como a sociedade vem atuando nesses espaços?	• De forma desorganizada; com pouco conhecimento e pouca articulação; • Sem informação; • Sem interesse.
4 - Como vocês querem fazer para que eles funcionem?	• Que as associações se unam e se informem; • Usar melhor o Ministério Público; • Ocupar os espaços da sociedade civil; • Capacitar e formar a comunidade; • Comprometer-se a fazer o orçamento participativo e a comunidade acompanhar; • Que as associações aqui presentes façam um documento se comprometendo a fazer o acompanhamento dos orçamentos e a aplicação dos <i>royalties</i>.

Síntese dos resultados regionais sobre o tema *Royalties* – Grupo de Discussão 3

Grupo 3 – Disputas pelo controle na aplicação dos <i>royalties</i>	
1- Quais os espaços de participação e instrumentos de controle social já conhecidos?	• Conselhos: Educação, Meio Ambiente, da Criança e do Adolescente, Saúde e dos <i>Royalties</i>; • Comissão dos <i>Royalties</i>; • Conselho Municipal dos <i>Royalties</i> de Macaé; • Observatório de Contas Públicas (Búzios).
2 - Como estão funcionando?	• Pouco atuante na formação dos Conselhos Municipais; • Recorre-se ao Ministério Público, mas não se obtêm respostas.
3 - Como a sociedade vem atuando nesses espaços?	• Falhas nas organizações; • Falta de lideranças, representantes não legítimos; • População politicamente cansada.
4 - Como vocês querem fazer para que eles funcionem?	• Movimento participativo dos grupos sociais; • Prestação de contas dos <i>royalties</i>; • Participação dos <i>royalties</i> direcionados às comunidades carentes de recursos em todos os segmentos; • Ministério Público, tutela coletiva. Exemplificação dos meios de acesso; • Ibama atuante na troca de informações sobre <i>royalties</i> por meio do Licenciamento Ambiental; • Petrobras pelo apoio aos projetos, segundo as exigências do licenciamento; • Cobranças efetivas; • União da sociedade civil.

Síntese dos resultados regionais sobre o tema *Royalties* – Grupo de Discussão 4

Grupo 4 – Disputas pelo controle na aplicação dos <i>royalties</i>	
1- Quais os espaços de participação e instrumentos de controle social já conhecidos?	• Conselhos; • Associações; • Orçamento Participativo; • Conselho Itinerante em Quissamã; • Lei Orgânica do Município; • Lei de Diretrizes Orçamentárias.
2 - Como estão funcionando?	• Frequência de poucas pessoas nas reuniões; • Os conselhos são paritários e têm duração de dois anos, metade é gestor público, e metade é sociedade civil em Macaé; • Os conselhos com representantes do poder público têm vínculo e remuneração desse mesmo poder; • Assistencialismo e aparelhamento.
3 - Como a sociedade vem atuando nesses espaços?	• Desanimada, com descrédito pela falta de retorno; • Pouca participação das associações de moradores; • Dificuldade em obter resultados das demandas; • Falta de estrutura, o que dificulta uma atuação; • Dificuldade das associações para agir e atuar em demandas que nunca têm respostas.
4 - Como vocês querem fazer para que eles funcionem?	• Constituir ferramentas para atuar e agir conforme a Lei Orgânica, para que as associações sejam ouvidas e acolhidas; • Persistir em busca do que queremos; • Qualificar as pessoas para participar dos Conselhos, das Associações e do Orçamento Participativo; • Fortalecer a união; • Unir-se para não deixar que diferenças partidárias influenciem no resultado para melhorar o município.

Informações Úteis

Disque-cidadão

Canal permanente para a comunidade encaminhar sugestões, solicitar esclarecimentos e fazer reclamações.

0800 882 1234 – Atendimento 24 horas

Verde-fone

Canal permanente para a comunidade informar sobre eventuais acidentes.

0800 026 2828 – Atendimento 24 horas

Transpetro - Telefone Verde

Canal permanente para a comunidade informar sobre eventuais acidentes.

0800 025 2160 – Atendimento 24 horas

Ibama

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

0800 61 80 80 www.ibama.gov.br/linhaverde/home.htm

CGPEG - Coordenação Geral de Petróleo e Gás

Telefone: (21) 3077-4266

Inea - Instituto Estadual do Ambiente

Telefone: (21) 3891-3366

Site: www.inea.rj.gov.br / e-mail: ouvidoria@inea.rj.gov.br

FICHA TÉCNICA

Texto e Edição

Alysson Fraga

Carlos Costa

Clarissa Magalhães

Flavia Moreira

Juliana Rondon

Projeto gráfico

Wilson Venâncio

Fotos

Áthila Bertoncini

Revisão

Leonardo Teixeira

Suporte gráfico

Thiago Venturotti

A realização do Diagnóstico Participativo do PEA-BC é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.



Anotações

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Anotações

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

